



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL

CÂMARA MUNICIPAL DE ERECHIM

PODER LEGISLATIVO

Acabar com o que chamam de “*intervenção do estado*” significa permitir que os grandes grupos econômicos imponham aos agricultores, aos consumidores e ao Estado seus próprios padrões de qualidade, sem a mediação imparcial do poder público em favor do interesse social. O argumento de que a classificação obrigatória “*constitui-se em algo artificial e desnecessário, tratando-se de mais um componente do chamado Custo Brasil, que retira a competitividade do produto brasileiro*” é contraditório em si mesmo, justamente ao contrário do que afirmam os grandes grupos econômicos, **a qualidade dos produtos vegetais é garantida pelo serviço de classificação**, que assegura a competitividade do produto brasileiro no mercado.

Como o Estado garantirá ao consumidor a qualidade dos produtos classificados pela própria empresa que os comercializa? Qual vantagem terá a sociedade com um serviço realizado privadamente para interesses privados?

Na verdade, esse *lobby* (dos grandes grupos econômicos) deseja acabar com o que lhe atrapalha: **o controle do padrão de qualidade estabelecido pelo serviço de classificação para os produtos de origem vegetal.**

Em que mundo um empresário, atuando dentro das “*leis de mercado*”, desclassificaria um produto seu de má qualidade? Sempre que seus interesses (de lucro) e os do público (de qualidade) entram em conflito, a qualidade e a sociedade serão fraudadas.

Mediante convênio, os estados, por suas secretarias da Agricultura ou através de entidades públicas (como a Emater RS), executam os serviços de classificação e são fiscalizados pelo Ministério da Agricultura.

Pela qualidade do produto ao consumidor, é fundamental a manutenção da presença imparcial, isenta e idônea do serviço de classificação oficial e de caráter público, equidistante da tão grande diversidade de interesses do setor.

Na efetividade do empenho pela manutenção da Lei 6.305; pela retirada e rejeição do projeto de Lei 4.257/98, temos certeza que estaremos desempenhando um papel fundamental em defesa da cidadania pela qualidade de vida à nação brasileira.

Erechim RS, 30 de agosto de 1999

Câmara Municipal de Vereadores de Erechim RS